

Hipertexto e a linguagem contemporânea

Por

Urbano Nobre Nojosa

RESUMO

Os dilemas do contemporâneo são decisivos para pensar uma filosofia do hipertexto, desde a idéia de diferença, como princípio norteador para dimensionarmos a sociabilidade, a destituição de referência de autoria, Obras, funcionalidade dos objetos, até a superação de significados unitários etc. Enfim, nesse percurso podemos eleger os dilemas filosóficos de Gilles Deleuze e Félix Guattari (*Rizoma*), como um meio articulador de pensar o contemporâneo, e também como um viés filosófico para construir caminho para uma filosofia do hipertexto.

Palavras-chave: hipertexto, Deleuze, filosofia, comunicação, contemporâneo

Gêneses narrativas do hipertexto

Não é fácil perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para direita ou inversamente: tentem e verão que tudo muda.

Gilles Deleuze e Félix Guatarri

Urbano Nobre Nojosa¹

A unidade da escrita clássica, que buscou a homogeneidade durante séculos, sofre um desvio de percurso com a pluralidade das escritas modernas. Esse processo se expande com a produção discursiva na sociedade contemporânea, que passa por uma ruptura conceitual, em que envolve o questionamento filosófico sobre a tradição da cultura da escrita, frente às experiências de narrativas digitais criada para gerar informação nos suportes tecnológicos de comunicação — desde a Internet até o uso de celular como veículo de comunicação móvel.

Entre os debates filosóficos gregos sobre as distinções da oralidade e escrita, como meios de estender a memória, prolongar a reflexão e sistematizar o pensamento², temos um predomínio cultural em torno da escrita como documentação histórica da realidade.

¹ Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com vínculo no Departamento de Jornalismo para ministrar as disciplinas de Orientação de Projeto e Hipertexto III no curso de Comunicação e Multimeios, e a disciplina Design Digital no curso Arte e Tecnologia de Tecnologia de Mídia Digital. Professor de Computação Gráfica, Editoração Eletrônica, Produção Gráfica e Multimídia do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo no curso de Propaganda e Publicidade. Coordenador de Design de Mídia Digital da Faculdade de Tecnologia Impacta. Autor dos livros Comunicação & Tecnologia (2003), Design Contemporâneo (2005) Design Contemporâneo: O futuro das novas mídias, games e narrativas digitais (2006)

² Depois do que procede, devemos dizer para quantos e quais fins é útil este tratado (lógica). Esses fins são três: o adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas. (ARISTÓTELES, 1973, p.12)

Além da tradição judaico-cristã que a valorizou como perpetuação das palavras divinas até o fim da idade média.

Em defesa da oralidade, Platão buscou na forma dialógica apresentar os debates filosóficos, pois seria mais coerente com seus princípios metodológicos — através da *maieutica*, propiciar a alma criar conhecimento e consciência. Nesse aspecto, o diálogo exige a participação do outro (com sua alma) na discussão³. O discurso oral exige uma mediação de interlocutores, que terá que expor suas idéias diretamente no debate. Para Platão, a escrita não trazia a alma de seu interlocutor, pois seria a mediação de idéias, que rompia um principio de construir conhecimento através da ação dialógica do debate entre almas. Ao mesmo tempo, denunciava a escrita por ser “muda e falante demais”.⁴

Para Aristóteles, a preocupação era garantir uma autonomia do pensar para o “*adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas*”. Entretanto, isso só seria possível através de um tratado lógico, que propiciaria para o cidadão “encontrar um método de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas, sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraços.”(ARISTÓTELES, 1973, p. 11)

Tanto as idéias de Platão como de Aristóteles se perpetuaram na contemporaneidade. A cultura da oralidade permite pensar uma sociabilidade em que as mediações sejam capazes expor o jogo do simbólico, do poético, da presencialidade, do dialógico, de obras abertas, com autorias colaborativas, como contraponto à tradição da

³ Essa imersão da alma na discussão é necessária se o que se pretende é justamente alterar seu estado epistemológico ou o conjunto de suas crenças. Sem ela, torna-se impossível arrancá-la de seu estado de entorpecimento. De fato, nenhum discurso no qual a alma não se envolva pessoalmente pode pretender alcançar esse objetivo que demanda uma alteração de sua postura interior com respeito ao saber. Uma discussão sobre determinado assunto ou objeto que não seja uma crença da alma que discute, erra definitivamente o alvo pretendido pela Filosofia de Platão. (SILVEIRA, 2001)

⁴ O *mythos* do Fedro fixa a dramaturgia que continuou a ser representada nas mais diversas encenações e contextos. Nele, a escrita sofre a dupla crítica, aparentemente contraditória, de ser ao mesmo tempo muda e falante demais. Ela é muda. Entendamos com isso que não há nenhuma voz presente para dar às palavras que ela arruma o tom da verdade delas, para recebê-las e fazê-las frutificar. A escrita está liberto do ato da palavra que dá um *logos* sua legitimidade, que o inscreve nos modos legítimos do falar e do ouvir, dos enunciadores e dos receptores autorizados. É por isso que ela é falante demais: a letra morta vai rolar de um lado para outro sem saber a quem se destina, a quem deve, ou não falar. Qualquer um pode, então, apoderar-se dela, dar a ela uma voz que não é mais “a dela”, construir com ela uma outra cena da fala, determinando uma outra divisão do sensível. (RANCIÈRE, 1995, p.8)

escrita, que traçou um perfil em torno da lógica, da ciência, do controle, do autor e de obras fechadas.

Para Roland Barthes, em *O grau zero da escrita*, a escrita tem um caráter restritivo frente à linguagem oral, pois esse estranhamento frente a linguagem falada torna a escrita limitada como instrumento de comunicação, ao não possuir um caráter aberto que revelasse a intenção da linguagem⁵. A escrita se expõe como simbólica, hermética, mediada, e “voltada ostensivamente para o lado de uma vertente secreta da linguagem”. Outra característica dessa relação entre a escrita e a fala é que, segundo Barthes,

Em toda escrita, portanto se encontrará a ambigüidade de um objeto que é ao mesmo tempo linguagem e coerção: existe, no fundo da escrita, uma “circunstância” estranha à linguagem, há como que o olhar de uma intenção que já não é mais aquela da linguagem. Esse olhar pode muito bem ser uma paixão da linguagem, como na escrita literária; pode ser também a ameaça de uma penalidade, como nas escritas políticas: a escrita fica então encarregada de unir em um só traço a realidade dos atos e a idealidade dos fins. Eis por que o poder ou a sombra do poder sempre acaba por instituir uma escrita axiológica, em que o trajeto que separa comumente o fato do valor fica suprimido no espaço mesmo da palavra, dada ao mesmo tempo como descrição e como julgamento. A palavra se torna um álibi (que dizer, um alhures e uma justificação). Isso, que é verdade para as escritas literárias, onde a unidade dos signos está incessantemente fascinada por zonas de infra ou de ultralinguagem, é ainda mais verdade para as escritas políticas, onde o álibi da linguagem é ao mesmo tempo

⁵ O que opõe a escrita à fala é que a primeira sempre simbólica, introvertida, voltada ostensivamente para o lado de uma vertente secreta da linguagem, ao passo que a segunda não é mais que uma duração de signos vazios de que apenas o movimento é significativo. Toda a fala se mantém nesse desgaste das palavras, nessa espuma sempre arrastada para mais longe, e só existe fala quando a linguagem funciona com evidência como uma devoração que não retirasse senão a ponta móvel das palavras; a escrita, ao contrário, está sempre enraizada num mais além da linguagem, desenvolve-se como um germe e não como uma linha, manifesta uma essência, e ameaça com um segredo, é uma contra-comunicação, intimida. (BARTHES, 2004, p.18)

intimidação e glorificação: efetivamente, é o poder ou o combate que produzem os tipos mais puros de escrita, (BARTHES, 2004, p. 18

O caráter ambíguo da escrita está nesse envolvimento de ser linguagem e ao mesmo tempo coerção, que em particular na escrita política surge uma situação estanha à linguagem, num aspecto de dimensioná-la com uma carência de comunicação, pois a escrita política torna clara o discurso do poder, com intimidação e ostentação de glória da vitória. Esse fato demonstra para que “há como que o olhar de uma intenção que já não é mais aquela da linguagem.” A escrita é uma linguagem endurecida, que precisa ter o domínio de linguagem pela unicidade e defesa de seus signos.⁶ Esse aspecto articula o perfil político da escrita como um agenciamento, que se mantém a partir do seu uso, o privilégio da escrita já expõe uma forma de organização social, que transparece o valor cultural de instrumento de poder, pois o ato de escrever já delimita a opção pelo gênero e o discurso de redesenhar o mundo.

Para Jacques Rancière, em *Políticas da escrita*, busca compreender como se articula a supradeterminação do conceito de escrita ao pensamento e a prática social, entender como se relaciona os modos de fazer, ser e dizer no jogo de construção de sentido e valores sociais, com a distribuição, atribuições, finalidades e circulação de sentido.⁷ “A

⁶ Na oposição sublinhada entre voz viva e a escrita morta, é preciso reconhecer uma oposição mais essencial entre dois modos de circulação dos enunciados: uma enunciado acompanhado e um enunciado livre. O enunciado acompanhado – socorrido, explicado, conduzido, do ponto de partida ao ponto de destino do dono – é, como se sabe, a matriz de qualquer pedagogia. Mas ele é matriz na medida em que qualquer pedagogia é, ao mesmo tempo, uma sociologia – uma atualização do *logos* da comunidade enquanto partilha de logos – que supõe, ela própria, uma ontologia –, um *logos* do modo como o logos faz questão de ser. (RANCIÈRE, 1995, p.9)

⁷ O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma. Na atenção apaixonada que as sociedades escolarizadas dão ao aprendizado da escrita e à posição correta do corpo do jovem aluno, mais ainda que a perfeição do que ele escreve, transparece um valor fundamental: antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não é porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição. (RANCIÈRE, 1995, p.7)

escrita é política porque traça, e significa, uma re-divisão entre as posições dos corpos, sejam eles quais forem, e o poder da palavra soberana, porque opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das condições. (RANCIÈRE, 1995 p.8) Essa separação de ordem, revela uma divisão social entre o mundo do trabalho e da linguagem, que gera um estranhamento entre as práticas discursivas no cotidiano. Outro aspecto dessa articulação do discurso na tradição da escrita é a triangulação entre obra⁸, autor e leitor em circuito fechado e isolado. Entretanto, a idéia de autoria do texto sofre um processo de releitura por diversas orientações teóricas, desde historiadores do livro e da leitura, antropólogos, sociólogos e lingüista. A teoria da intertextualidade defende que tessitura de significações de um texto existe num desdobramento e co-presença de uma obra em outras, nesse aspecto não temos o autor como o agente definidor de identidade de um livro, texto, etc. Esse processo implica numa descentralização do sujeito escritor em diversas vozes e funções.

Outra característica dessa desarticulação do autor é a própria idéia de texto como produtividade, cuja circulação funciona de forma autônoma das páginas estáticas dos livros, pois para se imbricar numa rede de conexões e novas significações existe uma sinergia com as diversas mídias: cinema, programa televisivo, teatro, novela, peças publicitárias etc. Por fim, outro elemento decisivo nesse processo é a exigência das teorias da recepção, que inverte a lógica de centralidade no processo de significação, pois estabelece que o sentido de texto, obra, livro está na interação e apropriação realizada pelos leitores. O enunciado é re-elaborado na forma de incorporação sugerida pelo leitor.

No contemporâneo podemos identificar que a sucessão da oralidade, da escrita para as novas formas de percepção do hipertexto são modos indicadores de gerenciar o conhecimento, que não ocorre por uma simples substituição de modelos culturais. A concepção hipertextual de conceber as narrativas a partir de nova complexificação desloca o centro de circulação da informação para redes de significações discursivas.

O hipertexto frente à comunicação escrita também denuncia a separação entre emissor e receptor, pois a impossibilidade de interação no contexto de construção de texto

⁸ Para identificar e condenar aqueles que eram seus responsáveis, era necessário designá-los como autores. As primeiras ocorrências sistemáticas e ordenadas alfabeticamente de nomes de autores encontram-se no Índices dos livros e autores proibidos, estabelecidos no século XVI pelas diferentes faculdades de teologia e pelo papado, e depois nas condenações dos parlamentos e nas censuras dos Estados. (CHARTIER, 1998, p.35)

torna-se frágil à comunicação escrita. O hipertexto é um conjunto de nós de significações interligados por conexões entre palavras, páginas, fotografias, imagens, gráficos, seqüências sonoras e etc. Desta forma, as narrativas digitais superam as limitações da tradição da oralidade e da escrita, pois não buscam sentido em isolar ou fragmentar o sentido do texto ou do discurso, mas, ao contrário, em ampliar a rede de significações.⁹

Numa trajetória de pensar uma filosofia para o hipertexto, em que consiga refletir e sistematizar diretrizes de ação, a idéia de rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, abrange a complexidade necessária para iniciarmos um diálogo sobre os horizontes reflexivo do hipertexto, pois para Deleuze e Guatarri,

Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de rupturas. Tudo isto, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um agenciamento. Um livro é um tal agenciamento e, como tal, inatribuível. (DELEUZE e GUATTARI, 2006, p. 12)

O agenciamento trabalha sobre a multiplicidade simultânea de fluxos semióticos, materiais e sociais. Para ampliar essa compreensão devemos estender que a preocupação do agenciamento não está em hierarquizar ou fragmentar a realidade, a representação e o espaço de subjetividade. Quando Deleuze relata que “um livro só existe apenas pelo fora e no fora” ou “escrever nada tem a ver com significar, mas agrimensar, cartografar,

⁹ A escrita permite uma situação prática de comunicação radicalmente nova. Pela primeira vez os discursos podem ser separados das circunstâncias particulares em foram produzidos. Os hipertextos do autor e leitor podem ser tão diferentes quanto possíveis. A comunicação puramente escrita elimina a mediação humana no contexto que adaptava ou traduzia as mensagens vindas de um outro tempo ou lugar. Por exemplo, nas sociedades orais primárias, o contador adaptava sua narrativa às circunstâncias de sua enunciação, bem como aos interesses e conhecimentos de sua audiência. Da mesma forma, o mensageiro formulava o pensamento daquele que o enviara de acordo com o humor e a disposição particulares de seu destinatário. A transmissão oral era sempre, simultaneamente, uma tradução, uma adaptação e uma traição. Por estar restrita a uma fidelidade, a uma rigidez absoluta, a mensagem escrita corre o risco de tornar-se obscura para seu leitor. (LEVY, 1998, p.89)

mesmo que sejam regiões ainda por vir,” está configurando um pensar em que os objetos culturais, os textos, a escrita ou os discursos orais se articulam na relação de compor uma cena, um território, um prisma de identidade. Por exemplo, um livro feminista, como um relato textual de uma referência de mundo e de gênero, terá uma proibição de circulação em países de imaginários misóginos, ao mesmo tempo poderá ser um best-seller em países democráticos em que o discurso feminista seja articulado.

Mas um agenciamento põe em conexão certas multiplicidades tomadas em cada uma destas ordens, de tal maneira que um livro não tem sua continuação no livro seguinte, nem seu objeto no mundo nem seu sujeito em um ou em vários autores. Resumindo, parece-nos que a escrita nunca se fará suficientemente em nome de um fora. O fora não tem imagem, nem significação, nem subjetividade. O livro, agenciamento com o fora contra o livro-imagem do mundo. Um livro rizoma, e não mais dicotômico, pivotante ou fasciculado. Nunca fazer raiz, nem plantar, se bem que seja difícil não recair nos velhos procedimentos. (DELEUZE e GUATTARI, 2006, p.34)

Para compreendermos o hipertexto, um dos melhores arquétipos, é a idéia de rizoma, como um modelo de crescimento orgânico caótico, em que não precisa seguir hierarquia de informação, e ao ser interceptado e ramificado pela contaminação em diversos meios, de forma que todos os extremos, meios e entradas funcionam como uma comunicação em rede.

Para Raquel Wandelli, em *Leituras de hipertexto*, afirma que apesar da metáfora do rizoma seja articulada para obras impressas como Kafka, Kleist, Whitman, Joyce e Nietzsche, pode ser compatível com o hipertexto eletrônico. Tornando-se um paradigma teórico para a teoria do hipertexto, como podemos assinalar nos princípios abaixo:

1) Multiplicidade – segundo a qual o todo é uma pluralidade que não se reduz à unidade. Em outros termos, as partes sobram em relação ao todo, em uma questão N-1. A multiplicidade também se refere à instância coletiva de subjetividades que se instaura em um texto e que extravasa o subjetivismo do autor. 2) Heterogeneidade – refere-se à diversidade de linguagens verbais e não-verbais, códigos lingüísticos, gestuais e icônicos diversos, chamado pelos autores de “cadeias semióticas”, que reenviam a leitura a sistemas externos, às artes, às ciências, às lutas sociais etc., e, assim, combina-se também ao princípio de pluralidade. 3) Ruptura assignificante – segundo esse princípio, um texto pode ser quebrado em qualquer ponto e também se reconstruir de qualquer outro, de forma segundo uma lógica de antilinearidade e autonomia das partes em relação ao todo. 4) Interconctividade – princípio pelo qual qualquer ponto deve (sic) ser conectado a outro, de forma que o sentido não seja determinado ou hierarquizado por um centro regulador. Os autores defendem a igualdade entre os nós, mas as teorias do hipertexto tendem a acreditar em centros e hierarquias provisórios que se estabelecem na interação do leitor com a obra. 5) Cartografia – É a idéia de que um texto é um conjunto de linhas a ser percorrido e movimentado e não um ponto de ancoragem fixa. Inclui, ainda, a idéia de aparência efêmera e proteiforme dessas linhas, suscetíveis a diferentes arranjos cada vez que sua cartografia é percorrida. 6) Decalcomania – princípio pelo qual a obra não é uma imagem que copia ou imita o mundo, mas um mapa de linhas que remetem a ele (como os próprios autores fizeram ao usar a literatura para pensar esquizoanálise). Por um princípio de auto-referencialidade que não está discriminado na “Introdução: Rhizome”, mas constantemente evocado pelos autores, a obra não tem sujeito nem

objeto, porque o objeto da leitura é ela mesma. (WANDELLI, 2003, p. 32)

Ao pensar uma filosofia do hipertexto constata que os dilemas do contemporâneo são decisivos, pois as referências de paradigmas estão em processo de metamorfoses, desde a idéia de diferença, como princípio norteador para dimensionarmos a sociabilidade, a destituição de referência de autoria, obras, funcionalidade dos objetos, significados unitários etc. Enfim, nesse percurso podemos eleger os dilemas filosóficos de Gilles Deleuze e Félix Guattari como um meio articulador de um pensar contemporâneo capaz de construir caminho para uma filosofia do hipertexto.

Referência bibliográfica

- BARTHES, R. O grau zero da escrita, Martins Fontes, São Paulo, 2004.
- CHARTIER, R. A aventura do livro, do leitor ao navegador. Editora UNESP, São Paulo, 1999.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil Platôs, Vol. 01, editora 34, São Paulo, 2006.
- EISENSTEIN, E. A revolução da cultura impressa. Editora Ática, São Paulo, 1998.
- HIGOUNET, C. História concisa da escrita. Parábola, São Paulo, 2003.
- LEVY, P. As tecnologias da inteligência. Editora 34, São Paulo, 1998.
- RANCIÈRE, J. Políticas da escrita, editora 34, São Paulo, 1995.
- SAMPSON, G. Sistemas de escrita. Editora Ática, 1996.
- SILVEIRA, R. A. T. Memória e escrita no Fedro de Platão. Cadernos de ata da ANPOF, São Paulo, 2001.
- WANDELLI, R. Leituras do hipertexto. Editora UFSC, Santa Catarina, 2003.